



## II SIMPÓSIO SUL-AMERICANO DE PESQUISA EM ENSINO DE CIÊNCIAS - SSAPEC

30 de outubro a 01 de novembro de 2023



### PROPOSTAS HIGIENISTAS E EUGÊNICAS NA 1ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO (1927)

Jerusa Valquíria Welter<sup>1</sup>  
Neusetete Machado Rigo<sup>2</sup>

#### 1. INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta reflexões sobre as marcas de uma biopolítica eugenista e higienista que perpassou a história da educação brasileira, no início do século 20, e que produziu questões importantes para pensarmos a deficiência e a noção de “normalidade/anormalidade” que atravessa as políticas de inclusão escolar.

De acordo com King (2021, p. 102), a eugenia buscava “a melhoria da humanidade por meio da perpetuação intencional das boas qualidades, em detrimento das más”, objetivando o “melhoramento da população pela genética” (MARTINS, 2022, p. 272). A educação voltada para a higiene completaria a almejada eugenia da população brasileira que, naquele contexto, era considerada a base para o desenvolvimento da nação sendo utilizada como uma ferramenta para propagar os cuidados como a vida desde a infância.

Em seus estudos, o filósofo francês Michel Foucault discute o biopoder, como um poder direcionado ao indivíduo e também sobre a população, que ele descreve e analisa como disciplina (século XVIII-XIX) e biopolítica (século XIX-XX), respectivamente. A biopolítica é um conjunto de práticas que visam governar uma população (REVEL, 2005, p. 26). Porém, não se trata de um “Governo” do Estado institucionalizado nas esferas nacional, estadual ou municipal, mas um “governo” (com letra minúscula) exercido por um poder não localizado sobre alguém ou a algo, mas sim um poder que provém de diferentes lugares e age sobre a conduta dos sujeitos. Por meio desse biopoder seria possível um governo para cuidar de questões relacionadas à saúde, à higiene, à raça das pessoas, como forma de governar as vidas, cuidando dos corpos para que se tornassem úteis na sociedade.

Há que se entender por ‘biopolítica’ a maneira pela qual, a partir do século XVIII, se buscou racionalizar os problemas colocados para a prática governamental pelos fenômenos próprios de um conjunto de viventes enquanto população: saúde, higiene, natalidade, longevidade, raça. Essa nova forma do poder se ocupará, então: 1) Da proporção de nascimentos, de óbitos, das taxas de reprodução, da fecundidade da população. [...] 2) Das enfermidades endêmicas: da natureza, da extensão, da duração, da intensidade das enfermidades reinantes na população; da higiene pública. 3) Da velhice, das enfermidades que deixam o indivíduo fora do mercado de trabalho (CASTRO, 2016, p. 60).

Sendo assim, a biopolítica é imbuída de um poder sobre a vida, exercendo um governo sobre o indivíduo e a população, seja na infância, na vida adulta e produtiva ou mesmo na velhice e, inclusive, sobre os corpos doentes ou “anormais”.

<sup>1</sup>Mestranda do Programa de Pós-graduação em Ensino de Ciências (PPGEC) - Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). E-mail: jerusa.welter@uffs.edu.br

<sup>2</sup>Doutora em Educação pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) - Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) E-mail: neusetete.rigo@uffs.edu.br



II SSAPEC

## II SIMPÓSIO SUL-AMERICANO DE PESQUISA EM ENSINO DE CIÊNCIAS - SSAPEC

30 de outubro a 01 de novembro de 2023



Nesse contexto, a escola foi considerada um campo profícuo para o desenvolvimento da biopolítica, como o local para introduzir e acompanhar as noções de cuidado com a vida e, assim, estendendo os cuidados para o âmbito familiar. Além disso, a educação produziria uma “consciência” desde a tenra idade sobre os cuidados com o corpo, a mente e a saúde em geral. Assim, esperava-se também evitar problemas de degeneração da raça.

Refletindo a respeito da temática, o objetivo deste trabalho é identificar marcas de uma biopolítica que se fez presente na educação brasileira no início do século 20, por meio de pensamento eugênico e higienista, e que influenciou as noções de normalidade/anormalidade presentes nos processos de inclusão das pessoas com deficiência na escola.

### 2. METODOLOGIA

Esta pesquisa constitui-se sob uma abordagem qualitativa e utiliza a análise documental das teses apresentadas na I Conferência Nacional de Educação, realizada na cidade de Curitiba/PR, em 1927, cujo tema foi Organização Nacional do Ensino Primário. Esta conferência é um marco na educação porque pela primeira vez foi debatido em âmbito nacional a educabilidade do brasileiro (PIZOLATI, 2001, p. 189). O documento é constituído por 111 teses, agrupadas em temas como: a organização do ensino, educação, higiene e educação sexual, pedagogia. Deste total, selecionamos 3 teses para análise, as quais indicam uma biopolítica que se apresenta nas finalidades eugênicas e higienistas defendidas para a educação e o ensino, identificando-se com o objetivo intencionado desta pesquisa. Certamente a noção de biopolítica perpassa outras teses, porém selecionamos os títulos que evidentemente trariam a higienização e ou a eugenia como temas.

A análise documental foi realizada por meio da leitura das teses para identificar a presença de uma noção de biopolítica. Sobre a pesquisa documental, Gil aponta que “os documentos subsistem ao longo do tempo, tornam-se a mais importante fonte de dados em qualquer pesquisa de natureza histórica” (GIL, 2002, p. 46). Ao nos debruçarmos sobre a análise das 3 teses escolhidas, recortamos alguns excertos que remetem à educação como uma biopolítica, problematizando os discursos de higienização e eugenia.

### 3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

O conjunto selecionado para análise é composto por 3 teses. São elas: 1) Por que se impõe a primazia da educação higiênica escolar, defendida por Belisario Penna, da Associação Brasileira de Educação; 2) Educação higiene mental, apresentada por Álvaro Guimarães Filho, da Liga Paulista de Higiene Mental; 3) Pela perfeição da raça brasileira, protagonizada por Nicolau Meira de Angelis, da Escola Normal Primária de Ponta Grossa/PR.

A tese 1 destaca a tríplice finalidade biológica do homem, a saber: “*entreter, defender e melhor a própria vida; [...] a vida da família e da sociedade; [...] a vida da espécie*” (PENNA, 1927, p. 29). Para isso, o autor da tese ressalta

[...] a importância capital da educação higiênica e eugênica popular, começada desde a escola primária, a fim de, por esse ensino fundamental, formamos a “consciência sanitária nacional”, isto é, um estado de espírito coletivo consciente, convencido e firme, sobre a importância dos problemas



II SSAPEC

## II SIMPÓSIO SUL-AMERICANO DE PESQUISA EM ENSINO DE CIÊNCIAS - SSAPEC

30 de outubro a 01 de novembro de 2023



higiênicos e eugênicos na vida do indivíduo e da sociedade (PENNA, 1927, p. 29. Grifos do autor).

A chamada “consciência sanitária nacional” e o “espírito coletivo consciente”, defendidos como uma estratégia de governo da população escolar pode ser compreendida como fazendo parte de um dispositivo biopolítico que atua sobre o problema da população, ou seja, sobre a vida, que precisa ser governada para aumentar seus níveis “para controlar seus acidentes, suas eventualidades, suas deficiências [...]” (FOUCAULT, 1999, p. 295).

Segundo Foucault (1999, p. 289), a partir do século 19 vimos uma forma de poder não mais focada no indivíduo, mas na população, por isso difere do poder disciplinar e dirige-se à vida dos homens, “não ao homem-corpo, mas ao homem vivo, ao homem ser vivo; [...] ao homem-espécie”. Esse poder sobre a vida, que Foucault apresenta como objeto de governo na época, introduziu muitos mecanismos sutis de intervenção, seja pela assistência social, pela medicina, até mesmo pela educação (pedagogia). Governar o corpo-espécie significava conduzir a normalidade para evitar desvios e anormalidades. Nessa direção, a tese 1 coaduna com esse novo poder quando o proponente afirma que “*não basta que alguns indivíduos defendam e melhorem a própria vida; [...] se não promoverem a defesa e melhoramento incessante da vida, da sociedade e da espécie*” (PENNA, 1927, p. 29). Desse ponto de vista percebemos a preocupação em atingir, pela educação, a toda sociedade, de maneira que este cuidado com a saúde de todos, reprima as possíveis ameaças à “[...] *normalidade biológica resultante da saúde, conquistada pela obediência as leis inflexíveis da biologia, pela execução de medidas de saneamento, pela prática das virtudes higiênicas do asseio, da sobriedade, da castidade, da laboriosidade, [...]*” (PENNA, 1927, p. 30 Grifos do autor).

Com isso, vemos que esta tese defende que a escola seria um ambiente privilegiado, para o que Lobo nomeia como “intervenção higiênica e moral de regeneração da sociedade, para divulgar a ameaça da anormalidade” (LOBO, 2008, p. 56). A escola seria um espaço de condução da normalidade.

A segunda tese, ao abordar a higiene no ambiente escolar, o faz especificamente sobre a higiene e profilaxia mental. A tese de Álvaro Guimarães Filho, defende a importância do papel do professor no desenvolvimento psíquico da criança, “*a obrigatoriedade diária de frequência, dos temas e exercícios impostos pelos professores*” (FILHO, 1927, p. 466 Grifos do autor) para que:

Ou ela se adapta e submete a sua vontade ao novo regime, educando-se e aprendendo normas que lhe serão preciosas na vida futura, ou ela não se adaptará, tornando-se um elemento pernicioso na escola e, o que é mais importante, sofrendo diária e frequentemente, a cada ordem ou reprimenda, um choque que vem, cada vez mais, afastar o seu psiquismo do meio escolar. Esses são os conhecidos anormais, quase que geralmente portadores de uma debilidade mental, fruto, na maioria dos casos, exclusivo do alcoolismo e da Sífilis de seus ascendentes (FILHO, 1927, p. 466 Grifos do autor).

O destaque do autor ao papel do professor como “*um dos grandes elementos de que dispõe a sociedade para salvaguardar os interesses, principalmente os de ordem intelectual e moral*” (FILHO, 1927, p. 468) o coloca um instrumento de uma biopolítica que visa combater as moléstias e as anormalidades da vida. O professor é mencionado como o “*braço direito do higienista*” capaz de transformar, “*pela educação, cada indivíduo em uma barreira que impeça o desenvolvimento do mal*”



II SSAPEC

## II SIMPÓSIO SUL-AMERICANO DE PESQUISA EM ENSINO DE CIÊNCIAS - SSAPEC

30 de outubro a 01 de novembro de 2023



(FILHO, 1927, p. 469. Grifos do autor). O autor defende que “*sem a educação não há higiene*” (FILHO, 1927, p. 469) e somente esta evitará moléstias mentais. O autor associa a anormalidade a condições hereditárias de saúde como o alcoolismo e a sífilis. Para Lobo (2008, p. 52), “a degeneração moral inscrevia-se no corpo pelas doenças que provocava (como sífilis, alcoolismo e tuberculose) e fixava-se na hereditariedade”. A anormalidade seria também objeto de atenção à biopolítica para prevenir os males causados por aqueles que, apesar de não terem culpa, seriam os “*infelizes povoadores das prisões e hospícios*” (FILHO, 1927, p. 468).

Relacionando aos escritos de Lobo (2008) sobre os degenerados e as intencionalidades explícitas para que, se não pudessem ser evitados, fossem encaminhados para escolas hospitalares, onde pudessem “*ser educados por professores especializados*” (FILHO, 1927, p. 467), acordamos que a terceira tese aqui apresentada sob o título “Pela perfeição da raça brasileira”, contribui de maneira assertiva ao abordar a biopolítica defendendo que “*a solução dos problemas de higiene no Brasil, onde a degenerescência assenta o seu reinado, senhora absoluta, criadora de anormais, de tarados, inimiga implacável da raça, é uma necessidade imprescindível*” (ANGELIS, 1927, p.437-438). O autor apresenta algumas recomendações para que o Brasil possa regenerar sua raça. Entre as sugestões estão ações como: difundir nas escolas conhecimentos sobre higiene, sífilis, alcoolismo e outros fatores de degenerescência; tratar da educação sexual; difundir os conhecimentos de higiene em todos os recantos da Pátria. Para ele, a educação deveria ser assumida como o maior recurso para os milagres da regeneração, por isso “*a educação higiênica se impõe como postulada da razão, como necessidade inadiável e imprescindível, como um dilema de sobrevivência [...]*” (ANGELIS, 1927, p. 445). A característica que emerge deste excerto expressa a gestão da vida pela educação como uma forma de atingir cada um e a todos, ou seja, a biopolítica não age somente pela “gestão da população, mas (como) um controle das estratégias que os indivíduos, na sua liberdade, podem ter em relação a eles mesmos e uns em relação aos outros” (REVEL, 2005, p.55). Ou seja, as recomendações indicadas pelo autor da tese funcionam como estratégias e estão sob o controle dos professores na escola e dos agentes reguladores da imprensa, nas campanhas de divulgação dos conhecimentos higiênicos.

#### 4. CONCLUSÃO

O objetivo desse trabalho foi levantar algumas reflexões sobre a influência das teses da I Conferência Nacional de Educação para colocar em funcionamento uma biopolítica, no início do século 20, por meio do pensamento eugênico e da higiene, os quais foram introduzidos na biologia escolar. O projeto de desenvolvimento econômico que estava iniciando no país, na época, conduziu a sociedade em busca da formação de um cidadão que contribuísse com o projeto e, para que isso ocorresse de forma satisfatória, a escola foi eleita como o lugar ideal para iniciar a mudança, por meio de uma educação que direcionasse o aluno para a propagação de ideais higiênicos e eugênicos. Esta tarefa atribuída à escola contribuiu para a formulação de uma noção de normalidade e de anormalidade dos corpos que influenciou um governo sobre a deficiência, como uma biopolítica, provocando a segregação dos corpos ditos “anormais”. Só no final do século 20 e início do século 21, as políticas de inclusão escolar problematizaram a relação “normais e anormais” nos sistemas escolares.

Com esta pesquisa esperamos contribuir com uma reflexão sobre como a vida



II SSAPEC

## II SIMPÓSIO SUL-AMERICANO DE PESQUISA EM ENSINO DE CIÊNCIAS - SSAPEC

30 de outubro a 01 de novembro de 2023



biológica foi sendo conduzida sob uma biopolítica que produziu saberes sobre a hereditariedade, a genética, a doença, e que contribuíram para a formulação das noções de deficiência, de normalidade e de anormalidade que perpassam a educação das pessoas com deficiência.

### 5. REFERÊNCIAS

- ANGELIS, Nicolau Meira de. Pela perfeição da raça brasileira. *In*: COSTA, Maria José F. F. da; SHENA, Denilson R; SCHMIDT, Maria A. **I Conferência Nacional de Educação**, 1927, Curitiba, PR, Brasília: INEP, 1997. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/123679/me001825.pdf?sequence=3&isAllowed=y> Acesso em: ago. 2023.
- CASTRO, Edgardo. **Vocabulário de Foucault**: Um percurso pelos seus temas, conceitos e autores. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.
- DA CONCEIÇÃO PIZOLATI, Audrei Rodrigo. Deficiência, educação e trabalho na 1ª Conferência Nacional de Educação (1927). **Caminhos da História**, [S. l.], v. 26, n. 2, p. 189–205, 2021. Disponível em: <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/caminhosdahistoria/article/view/4358>. Acesso em: 30 ago. 2023.
- FILHO, Álvaro Guimarães. Educação e higiene mental. *In*: COSTA, Maria José F. F. da; SHENA, Denilson R; SCHMIDT, Maria A. **I Conferência Nacional de Educação**, 1927, Curitiba, PR, Brasília: INEP, 1997. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/123679/me001825.pdf?sequence=3&isAllowed=y> Acesso em: ago. 2023.
- FOUCAULT, Michel. **Em defesa da Sociedade**: curso Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. Ed. 4. São Paulo: Editora Atlas S.A, 2002.
- KING, Charles. **Deuses supremos**: como um círculo de antropólogos desertores reinventou a raça, o sexo e o gênero no século XX: Editora Alta Books, 2021. E-book. ISBN 9788550816647. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788550816647/>. Acesso em: 02 set. 2023.
- LOBO, Lilia Ferreira. **Os infames da história**: pobres, escravos e deficientes no Brasil. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.
- PENNA, Belisario. Por que se impõe a primazia da educação higiênica escolar. *In*: COSTA, Maria José F. F. da; SHENA, Denilson R; SCHMIDT, Maria A. **I Conferência Nacional de Educação**, 1927, Curitiba, PR, Brasília: INEP, 1997. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/123679/me001825.pdf?sequence=3&isAllowed=y> Acesso em: ago. 2023.